

Patricia Krause, economista-chefe da Coface, disse que as indenizações das apólices que cobrem calotes são pagas imediatamente aos clientes caso a empresa devedora entre no processo judicial

Por Pedro Garcia

A explosão dos pedidos de recuperação judicial no Brasil está impactando nas contas das seguradoras de crédito, afirmou Patricia Krause, economista-chefe da Compagnie Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur (Coface), em entrevista ao DCI.

Dados da Boa Vista SCPC, administradora do Serviço Central de Proteção ao Crédito, apontam que os pedidos de recuperação fecharam 2014 com alta de 7,8% em relação a 2013, enquanto as recuperações aceitas pela Justiça tiveram alta de 1,2%.

Segundo Krause, as indenizações dos seguros de crédito, usados para cobrir calotes em dívidas comerciais (principalmente, entre fornecedor e empresa), são pagas imediatamente pelas seguradoras aos clientes quando uma companhia que deve para o segurado entra em recuperação judicial.

"Depois, são as seguradoras que correm atrás da recuperação judicial para receber em nome do credor. Nós entramos em uma lista e somos indenizados de acordo com o que foi definido na Justiça", explicou a economista.

Criada em substituição à concordata, para ajudar empresas em crise a evitar a falência, a recuperação judicial muitas vezes contempla planos de pagamentos com prazos longos e com deságios, que podem até chegar a prejudicar os credores.

"Pela legislação existente, benevolente, muitas empresas acabam utilizando esse artifício para se aproveitar dessa situação e se consegue postergar por vários anos [o pagamento da dívida]", observou Krause.

De acordo com a economista, as empresas que entram em recuperação judicial conseguem prazo de dois para começar a pagar os fornecedores depois o pedido foi aceito.

Ela salientou, entretanto, que como os pedidos acontecem em diferentes setores, o impacto das recuperações judiciais não chegam a prejudicar as seguradoras de crédito. "A gente observou um aumento considerável nos pedidos desde 2012, mas nada em um setor específico", apontou.

Os valores das indenizações, comentou a economista, variam dependendo do porte da empresa que entrou em recuperação: podem ir de R\$ 5 mil a R\$ 100 mil.

Doméstico x exportação

Krause afirmou que o faturamento das seguradoras de crédito está na casa dos R\$ 200 milhões. De acordo com ela, o mercado registrou crescimento de 6% entre janeiro e outubro de 2014, impulsionado pelas apólices domésticas - que cobrem transações feitas no País - cujo resultado foi 12% maior que em 2013.

As apólices de exportação - que cobrem transações internacionais -, segundo a economista, sofreram contração 26% no período.

Dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) apontam que, até novembro de 2014, os seguros de crédito doméstico registram R\$ 472 milhões em prêmios, enquanto as

apólices de exportação tiveram resultado de R\$ 27 milhões.

A expectativa da Coface é que, mesmo com a valorização do dólar - cotado ontem a R\$ 2,64 -, os seguros de crédito não apresentem alta nos prêmios das apólices de exportação. Segundo Krause, o foco comercial do Brasil é a Argentina. "E não há nenhuma perspectiva de melhora no País", afirmou a economista.

Sinistros

Segundo a executiva da Coface, apesar do fraco faturamento dos seguros de crédito de exportação, os sinistros para o segmento estão baixos. "Diferentemente de 2008 e 2009 [época da crise econômica iniciada com a quebra de instituições financeiras nos Estados Unidos], quando estouraram várias indenizações", disse.

O índice de sinistralidade das apólices domésticas, contudo, "tem sido um problema, principalmente pelos aumentos dos casos de recuperação judicial". "Têm surgido muitos casos que a gente não estava esperando", ressaltou a economista da seguradora.

Krause salientou, por sua vez, que o índice de sinistralidade alto, atualmente na casa dos 70% somados as indenizações domésticas e as de exportação, de acordo com ela, é bom para o negócio. "Se o mercado não enxerga riscos, ele não vê necessidade de contratar o seguro", explicou.

Cultura atrapalha

Outro ponto levantado pela economista na entrevista ao DCI foi que ainda há muito espaço para o seguro de crédito crescer no Brasil, por conta da cultura. "As empresas ainda têm um resistência em contratar seguros de crédito, porque acham que são um custo desnecessário", observou.

Ela disse, no entanto, que diferentemente de 20 anos atrás, quando a Coface chegou ao Brasil e trabalhava majoritariamente com grandes corporações, atualmente a seguradora tem mais médias e pequenas empresas em seu portfólio de clientes.

Fonte: [DCI](#), em 14.01.2015.